

Da solidão imposta a uma solidão solidária¹

Eugène Enriquez – Université Paris 7

Revisão técnica de Norma Missae Takeuti – UFRN

RESUMO

O homem moderno está cada vez mais isolado, até mesmo quando sua solidão é “povoada”. Diversos são os diagnósticos dados a essa situação. No entanto, podemos nos perguntar se a perversão social e a psicologização dos problemas, por um lado ligadas ao crescimento da racionalidade instrumental que atinge as instituições e os valores de cunho não econômico e por outro lado ligadas ao estabelecimento da empresa como instituição princeps da sociedade ocidental não seriam fatores essenciais dessa solidão imposta. A solidão pode, no entanto, tomar outra feição: a do homem de pé, capaz de inserir sua ação numa aventura coletiva e de resistir ao conformismo, ao mesmo tempo em que aceita um certo grau de marginalidade que fornece um novo som a suas palavras.

Palavras-chave: Racionalidade instrumental. Instituição. Empresa. Psicologização. Marginalidade. Movimentos coletivos.

RÉSUMÉ

L’homme moderne est de plus en plus isolé même quand sa solitude est «peuplée». Les diagnostics portés sur cette situation sont divers. On peut pourtant se demander si la perversion sociale et la psychologisation des problèmes, liées d’une part à la montée de la rationalité instrumentale qui entame les institutions et les valeurs autres qu’économiques et d’autre part à l’instauration de l’entreprise comme institution princeps de la société occidentale, ne sont pas des facteurs essentiels de cette solitude imposée. La solitude peut, néanmoins revêtir un autre visage: celui de l’homme debout, capable, tout en

acceptant un certain degré de marginalité, qui donne à sa parole un son neuf, d’insérer son action dans une aventure collective et de résister au conformisme.

Mots-clés: Rationalité instrumentale. Institution. Entreprise. Psychologisation. Marginalité. Mouvements collectifs.

O novo indivíduo vive só. Em Paris, a metade dos “lares” (categoria socioeconômica), constitui-se de uma só pessoa, solteira, divorciada, viúva ou simplesmente de idade mais avançada. Paris não é um caso único. Muito pelo contrário. As grandes cidades estão, cada vez mais, constituindo-se em conservatórios de indivíduos isolados. As casas estão vazias (naturalmente, nos bairros populares, elas estão cheias), as ruas repletas de mendigos, de moradores de rua, de errantes de toda sorte. As crianças (basta pensarmos na Cidade do México, Rio de Janeiro ou São Paulo) não são poupadas. Crianças de rua (sem pais) ou crianças na rua (as que deixaram uma família desorganizada ou violenta) vivem como podem, da caridade pública, de bicos ou de pequenos delitos, quando não são fisicamente liquidadas por algum “esquadrão da morte” que tencione limpar a cidade de sua pretensa gangrena.

Dois séculos depois da independência americana, que havia proclamado o direito à felicidade, e da revolução francesa, que havia enunciado a chegada dos homens livres, iguais e fraternos, o ser humano, teoricamente dotado de uma vida interior e de uma grande capacidade de criar relações sociais, encon-

¹ Este artigo foi publicado originalmente na Revista Topique, Paris: Esprit du Temps, n. 64, p. 5-24, 1998.

tra-se face a si mesmo e não sabe, na maioria das vezes, o que fazer de seu isolamento, que não tem nada de esplêndido a lhe oferecer. Exilado na terra, vendo que todas as suas referências identificatórias ruíram umas após as outras, ele tem dificuldade de guiar uma vida sem contar com mais nenhum avalista que legitime seu sentido. Ele tornou-se responsável, “empreendedor de sua vida” (EHRENBERG, 1991). O mundo pesa sobre seus ombros. É um fardo que ele dispensaria de bom grado.

Essa perspectiva pode parecer um tanto negra e sinistra. Muitos analistas de nossa sociedade contemporânea dificilmente aceitariam tal imagem. Pelo contrário, eles nos mostrariam (cada um à sua maneira e com sua abordagem específica) que esse ser humano finalmente deixou para trás um gregarismo um tanto animal, e que com isso se livrou dos laços tradicionais que o limitavam e atrapalhavam, passando tanto a poder viver intensamente cada instante de sua vida com os parceiros que quisesse, quanto a poder dispensá-los com a mesma rapidez quando se tornassem um peso. Assim sendo, ele poderia viver várias vidas desde que soubesse promover as rupturas necessárias. O individualismo teria então parido um sujeito que sabe como construir sua existência, sua relação com o trabalho e com os outros, enfim, que se teria tornado, como dizia a famosa fórmula de Pitágoras, “a medida de todas as coisas”. Outros pensadores insistiriam num aspecto contraditório ao que acabamos de enfatizar. Diriam que o indivíduo está preso a uma série de laços sociais variados, que lhe deixam uma certa autonomia, mas garante-lhe seu lugar na sociedade (laços familiares, organizacionais, sindicais, associativos, local, político etc.). Diriam que o homem nunca esteve tão ligado como agora a tantas redes (novo termo da moda na sociologia francesa) e que não teve aptidão para desenvolver as mais diversas e sutis interações.

São essas algumas das interpretações da realidade social que parecem todas permeadas de bom senso e que, à primeira vista, aparentam ser mais ou menos pertinentes. Difícil é escolher entre elas. Chega-nos então uma suspeita: será que o problema

está simplesmente mal colocado, ou será que algumas contradições estruturais são necessárias à construção da figura em questão? Talvez, também, seja necessário melhor limitar suas etapas e ordená-las, para não chegarmos a uma interpretação demasiadamente fácil e ideológica. No entanto, como esse artigo é breve, o leitor deverá aceitar certas afirmações que, apesar de fundamentadas, mereceriam uma demonstração mais completa e afiada se estivessem inseridas numa obra.

O TRIUNFO PRECÁRIO DO INDIVÍDUO

A revolução francesa (não esqueçamos que suas idéias foram exportadas para o mundo todo) deu à luz um indivíduo cortado de suas raízes tradicionais, de suas relações hierárquicas (desaparecimento das ordens sociais, das corporações), e que não dispõe de nada além (mas é o essencial) das Luzes da razão. Essas luzes fazem de cada homem um ser capaz de participar da vida da cidade e de tomar as melhores decisões possíveis. Este homem não está sozinho. Ele vive num Estado-nação ao qual é vinculado (cidadania), numa cidade ou vilarejo em que são desenvolvidos laços comunitários ou de solidariedade (dentro das novas classes ou castas que se constituem). Ele funda uma família guiada por princípios morais estritos (a religião ainda existe, e quando ela ocupa pouco espaço na consciência dos indivíduos, é substituída por uma sólida moral laica, não menos coibitiva do que a moral religiosa), ele acredita no progresso ligado ao desenvolvimento da ciência e das técnicas. Ele mantém com o outro, laços de rivalidade bem balizados: concorrência econômica, emulação pedagógica, competição política. Evidentemente, nem todos são beneficiados. A democracia não é total. Determinadas pessoas só disporão de direitos políticos tardiamente e serão economicamente exploradas. Desse modo, por diversas vezes elas tentarão se revoltar. Mas, até mesmo, as classes mais desfavorecidas submetem-se aos laços sociais. Os indivíduos sós ou são artistas – pessoas cuja originalidade sustenta e, ao mesmo tempo, nega o conformismo ambiente – ou são associais, loucos,

delinqüentes que logo se encontrarão trancados em algum lugar em decorrência da natureza de suas atividades (hospital psiquiátrico, exército, asilo) (GOFFMAN, 1968). A solidão ou o desejo de solidão estão presentes na poesia na mesma medida em que estão ausentes (não totalmente, isso seria impossível) da vida social. Os capitalistas formam um grupo, os operários criam movimentos sociais. A humanidade parece caminhar para um futuro melhor, para o qual todos contribuem e que é esperado, até mesmo pelos mais desfavorecidos.

O APOCALIPSE SEM ALEGRIA

Um estado de coisas como esse não foi feito para durar. Os Estados-nação da velha Europa, fortalecidos pela adesão de seus concidadãos, só almejam sua expansão. Querem transmitir sua civilização ao mundo inteiro. Donde, a aventura colonial iniciada muito tempo antes, é verdade, mas que vai tomar uma amplitude muito maior. Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Rússia (as outras nações européias estão fora da empreitada, ou, como a Áustria-Hungria, já têm trabalho demais para manter de pé seu frágil império) partilham o mundo entre si. Até os países independentes, como a China, vêem estrangeiros ditar sua lei em Shangai ou Pequim. Só o Japão resiste vitoriosamente (ganha sua guerra contra a Rússia) ao adotar, sem transformar-se radicalmente, o modo ocidental de conduta de negócios. Mas esses Estados-nação não podem se contentar só disso. Eles olham com inveja para seus concorrentes e decidem ir à luta. Donde a grande carnificina da guerra mundial e o fim da proeminência européia no momento exato em que determinados países da Europa – Inglaterra, França e Itália – acreditam ter triunfado. Paul Valéry foi mais sutil ao escrever que a Europa desejava ser dirigida por uma comissão americana. Durante todo esse período, o tema da solidão jamais esteve em pauta. Naturalmente, determinadas pessoas foram acometidas de neuroses (possibilitando a Freud o início do seu trabalho clínico na Psicanálise) e outras se suicidaram. Mas, quando as grandes missões requisitam as pessoas,

elas são obrigadas (ou desejam) a juntarem-se aos “coletivos”. A guerra, os movimentos sociais (pois a vida operária não é fácil) e as revoluções coagulam as energias.

Porém, ainda que o pior nem sempre seja certo, infelizmente ele acontece com freqüência. Os Estados Unidos, único país que realmente tirou proveito da primeira guerra mundial, passam pela mais violenta das crises do mundo ocidental que, como toda crise, vai se difundir e contribuir para a formação ou para o fortalecimento dos Estados-totais (como a Alemanha ou a Itália) ou totalitários (a União Soviética) (ENRIQUEZ, 1987). Por um lado, veremos o surgimento do indivíduo só, excluído, sem moradia, sem dinheiro, sobrevivendo graças às sopas populares (Estados Unidos antes do New Deal, Alemanha dos últimos dias de Weimar); por outro, veremos o indivíduo arregimentado em movimentos de massa, associações de jovens, partidos políticos, na organização econômica que só sabe falar sua linguagem pré-determinada e cuja atividade de pensamento será vigiada de perto. Essa situação vai acabar encontrando sua solução desagradável na maior guerra que a humanidade tenha conhecido desde que emergiu do reino animal: massacres em massa e genocídios múltiplos pontuarão esse momento de pesadelo “sem ar condicionado”. Todos são requisitados, mobilizados. Os campos de concentração e os campos da morte tornam-se os sinais paradigmáticos desse tempo em que cada um está, ao mesmo tempo, continuamente no meio da multidão e continuamente isolado.

O REORDENAMENTO E O CRESCIMENTO

O fim da segunda guerra mundial não colocou um ponto final na desordem que a precedeu. O que os homens viveram então – com conseqüências sentidas ainda hoje – foi a “ruptura” de todos os laços sociais, o freqüente retorno à animalidade, a desconfiança generalizada, a mais completa desconsideração. Naturalmente, determinados homens terão descoberto nos combates, ou até mesmo nos campos, possibilidades insuspeitas de fraternidade e

de solidariedade. No entanto, as conseqüências trágicas predominam. A partir dessa época, abre-se a “era da suspeita” (retomando o termo de N. Sarraute). Todas as instituições poderão vir a ser suspeitas de ilegalidades. Já que a civilização derrubou “seu verniz” (FREUD, 1971), já que mostrou seu aspecto irreduzível de violência e que passou por cima de seus valores mais arraigados, até mesmo quando se deu por objetivo a tarefa de defendê-los, o homem compreende que não pode contar com ela.

No entanto, esses anos de pós-guerra (que como todos os outros momentos de pós-guerra representam o momento do “esquecimento” e da embriaguez) parecem apresentar-se sob os melhores auspícios. A declaração universal dos direitos humanos (1948) acaba com os miasmas da lavagem. Os homens obtêm novos direitos sociais. O Welfare State, chamado na França de *État-Providence*, é estabelecido. O Estado não aparece mais como um Leviatã medonho, mas sob a imagem composta de uma mãe que dá o alimento e de um pai benevolente. O crescimento possibilita que mais pessoas tenham acesso à sociedade de consumo, as empresas passam a preocupar-se com o desenvolvimento de boas “relações humanas” e a levar em conta as motivações dos empregados. Essa “humanização” faz esquecer a “desumanização” da guerra. A solidariedade toma seu lugar. Os conflitos sociais tornam-se menos violentos. É esse o momento em que as relações humanas começam a se formar, em que a dinâmica de grupo adquire cidadania, em que o sonho democrático passa pela aprendizagem da democracia direta nos pequenos grupos. O que daí emerge de essencial é o grupo, revestido de todos os seus valores. O indivíduo não está mais perdido. Estruturas de sociabilidade já existentes tomam consistência (associações, sindicatos, mútuais), a vida local requer cada vez mais os esforços de cada um. O homem torna-se cada vez mais responsável por si mesmo, mas inserido em estruturas que o assistem e amparam. O paraíso está ao alcance das mãos.

A CRISE INTERMINÁVEL

Esse sonho, como todo sonho, não podia perdurar. A crise econômica lhe daria um golpe fatal. Os economistas atuais nos explicam que ciclos de crescimento e de depressão sempre existiram e que os “trinta gloriosos”² não foram o início de uma nova história da humanidade, mas uma exceção, um feliz acidente que está longe de acontecer de novo. As novas guerras locais (da Argélia e do Vietnã, em Biafra e em Ruanda), as novas revoluções (chinesa, cubana) levam seu lote de vítimas. O racismo instala-se. As ditaduras multiplicam-se na África. A partir daí, o Estado passa a representar, cada vez menos, a imagem da providência e, até mesmo da simples regulação, ele tenta desengajar-se, tornar-se mais “modesto” (M. Croisier) – é o caso da Europa ocidental – ou ao contrário, em várias outras partes do mundo, ele toma ou retoma sua face de *Béhemot*. O homem encontra-se nu em face de si mesmo. Ele que acreditava estar protegido encontra-se, de novo, na tormenta.

Precisamos nos deter sobre esse momento, no qual estamos ainda vivendo, para podermos compreender o que aconteceu. Analisaremos alguns pontos fundamentais.

a) O triunfo, ou pelo menos o domínio cada vez mais forte da racionalidade instrumental (ENRIQUEZ, 1994). O homem racional do início do século XIX sabia que, como dizia Goethe (retomado por Saint-Simon), “nada se faz sem grande paixão”. Aliás, todos os pensadores reformistas ou revolucionários que se manifestaram durante esse século, Saint-Simon, Fourier, Proudhon e, até mesmo, o próprio Marx, reconheceram a importância dos sentimentos na construção ou no restabelecimento dos laços coletivos. Mas, pouco a pouco, diante das vitórias da ciência e da tecnologia, os homens recalçaram tudo aquilo que parecia ser da ordem do irracional, e acabaram sucumbindo, em sua maioria, no mais estreito positivismo. Mais ainda, esqueceram-

² “*Les trente glorieuses*”: período entre 1945 e 1975, caracterizado por um forte crescimento econômico.

se de que a racionalidade tinha duas faces: 1/ a racionalidade dos fins que remete à pergunta “por quê?”, que pressupõe que as pessoas cheguem a um acordo a respeito da pertinência dos fins almejados e que sejam, portanto, capazes de discutir de maneira argumentada e sincera; 2/ a racionalidade instrumental que só se interessa à pergunta “como?”, centrada na simples adequação dos meios aos fins. Expulsando as paixões e ocultando a racionalidade dos fins (que sempre coloca em questão o problema dos valores), os homens encarregados do processo social-histórico acabaram erigindo a tecnologia à condição de novo sagrado. Como a aventura tecnológica custa caro, a busca do proveito máximo tornou-se cada vez mais urgente. Como nem todos conseguem inventar novos produtos de qualidade, a melhor maneira de conseguir melhores lucros é reduzir ao máximo os custos. E o melhor método para reduzir os custos é eliminar os gastos fixos, ou seja, os empregos. A concorrência torna-se, então, cada vez maior. Todos os dias, novos artigos chegam ao mercado, tornando os antigos obsoletos, todos os dias são eliminados novos postos de trabalho. O capitalismo, que, até então, alimentava-se da criação de riquezas, encontra seu novo caminho na morte rápida dos objetos (em sua evicção e posterior destruição) e na retirada dos homens do processo produtivo. O importante não é mais criar mercadorias com as quais se possa ganhar dinheiro, mas a criação do dinheiro pelo dinheiro, donde o surgimento do capitalismo financeiro em substituição ao capitalismo industrial. Assim como observamos que o período anterior havia sido o do pleno emprego, assistimos à chegada do período do sub-emprego. Quando este último torna-se uma ameaça constante, os sindicatos perdem sua força reivindicativa e os homens passam a ter que lutar sozinhos para manterem sua função, em outras palavras, numa sociedade que prega o trabalho e a produção, para defenderem sua própria existência.

b) O fim da violência guerreira direta entre os países desenvolvidos transformou-se numa permanente guerra econômica. Chega a ser risível vermos Presidentes ou Primeiros-ministros bancando o “cai-

xeiro-viajante”, tentando vender a tecnologia de seu país às nações que podem comprá-la. No entanto, se esses homens do poder não fizessem isso, acabariam colocando-se em posição de fragilidade em relação àqueles que não se importam em trocar seus nobres paramentos por trajes de representantes comerciais. Desse modo, são obrigados a se comportarem assim, ainda que tentem, através de acordos por ocasião das conferências internacionais, estabelecer regras mínimas de conduta. Nisso, tudo é permitido. A corrupção torna-se reinante. A corrupção, que sempre foi uma das feridas estruturais dos regimes democráticos, torna-se sua mola propulsora. Nenhum país deixa de se dar ao luxo de lançar mão desse poderoso recurso para escoar suas mercadorias. O Estado transformado em Estado-corruptor (apesar de todas as denegações proferidas) acaba corrompendo seus habitantes que tentam, como podem, se virar da melhor maneira possível para fortalecer seu poder, sua influência ou para defender seu lugar. Esses homens corrompidos, ainda que desejem agir de outro modo, reforçam, através de sua dinâmica, a corrupção do próprio Estado, que dá continuidade ao seu trabalho de perversão das relações sociais. Estabelece-se, assim, um ciclo que se auto-alimenta.

c) Este novo Estado não está mais apto a encarnar valores que as pessoas possam tomar como referência. As mais respeitáveis instituições são atingidas. Não que elas estejam todas viciadas, mas perderam sua credibilidade. A escola, o exército, a Igreja, a nação e, às vezes, até mesmo a família (apesar de ser, de longe, a instituição mais resistente) estão enfrentando um déficit de crença. Como dizia Nietzsche: “esvaziam-se no seu interior”. Elas não provocam desejo de transgressão (quando a transgressão existe, ela significa a manutenção da esfera do Sagrado), destacam-se progressivamente da realidade e acabam sucumbindo no desinteresse geral. Os homens passam, então, a ter, cada vez menos, valores aos quais recorrer. Portanto, diante desse déficit gerador de angústia, de “medo de liberdade”, como diziam Fromm (1941) e Bolle de Bal (1996), estão prontos a dar ouvidos aos novos salvadores

que lhes prometem um *new age*. Tudo é preferível a esse vazio, esse abismo com o qual o homem se depara todos os dias. Desde sempre o homem teve necessidade de ter crenças e, particularmente, como observou G. Rosolato, de acreditar no inacreditável. O vazio institucional chega a seu cúmulo ao criar novas instituições que se pretendem potentes em assegurar certeza e segurança.

d) O vazio institucional é tanto mais ativo quando é acompanhado de um vazio ideológico. Desde a “*perestroïka*”, seguida da queda do Muro de Berlim, ninguém mais acredita que dias melhores virão³. E o comunismo chinês ou cubano, ou o que resta deles, não são mais capazes de fazer as pessoas sonharem. Se, por um lado, as religiões podem ser substituídas por ideologias, por outro, as ideologias cedem seu lugar às religiões. Tanto às antigas religiões que voltam a estar na moda sob seu aspecto tradicional, quanto àquelas que retornam com características cada vez mais extremistas (desenvolvimento dos integrismos muçulmano, judeu ou católico), quanto também às seitas de toda sorte que tentam ser reconhecidas como verdadeiras religiões. (Afinal de contas, como Max Weber mostrou há muito tempo, uma seita não passa de uma religião que conseguiu institucionalizar-se e forçar a aceitação dos grandes deste mundo). Os homens, perdidos, sentindo-se sós, juntam-se aos que lhes prometem uma nova “religação”⁴, retomando o termo usado por Bolle de Bal (1996).

e) Quanto às pessoas que permanecem indiferentes a tal aventura adotam uma atitude dita realista, mas que na verdade é perversa, pois buscam obter o máximo de gozo na manipulação dos desejos de outrem. Conscientes de que vivem num mundo em que os valores parecem falsos ou um tanto retrógrados, em que as situações sociais mais segu-

ras podem acabar sendo revertidas de um dia para o outro, já que nesse universo de combate o melhor de todos pode um dia se ver em situação de “desfiliação social” (CASTEL, 1996), elas decidem viver no efêmero e nele se satisfazem. Encontram seu prazer no instante, sabendo que este pode ser o último. Consideram que a vida não passa de um “simulacro” (J. Baudrillard) e assumem-na como tal. Para elas, os acontecimentos não passam de pseudo-acontecimentos que não as impedem nem de viver nem de se divertir. Muito pelo contrário. Para esses homens “cínicos”, é nada mais agradável do que ver pessoas ainda tentando dar um sentido à realidade, lutando por ideais quando na verdade “sabem”, há muito tempo, que o sentido já se foi deste “mundo deserto” (P. J. Jouve) e que jamais retornará.

Assim sendo, eles estão sozinhos e essa solidão lhes é conveniente. De qualquer maneira, quando começam a ficarem entediados, nada os impede de se juntarem a seus pares, em festas ou círculos de encontro, recriando essas pequenas tribos, caras a Maffesoli (1980), que lhes dão o sentimento de poderem deixar-se levar por uma certa socialidade, ainda que venham a questioná-la posteriormente. Quando aceitam criar laços mais duráveis, querem que estes lhes proporcionem o máximo de prazer imediato. Eles não conseguem suportar a mínima contrariedade ou o mínimo problema. Vivendo na intensidade, eles exigem a plenitude de cada instante. Quando os dias lhes parecem vazios (retomando a expressão de Paul Valéry), ficam perturbados e não se cansam de tentar preenchê-los. São tomados pelo que chamei, há bastante tempo, de “obsessão da plenitude”. Portanto, quando se casam, é para serem felizes. Se a felicidade tende a esvaír-se ou é de difícil obtenção, desmancharão seus laços. “Te amo, te deixo” torna-se sua palavra de ordem. Tudo isso é feito sem dramas inúteis, nem qualquer tipo de tragédia, pois nenhum aspecto existencial influenciou essencialmente na constituição desse laço social. Aliás, o termo laço social, com o que implica de permanência, é, para eles, objeto de escárnio. Homens da mídia, da moda, do pensamento pronto para con-

3 No texto original, é dito que ninguém mais acredita nos “*lend-mains qui chantent*”, ou seja, nos “dias seguintes cantantes” expressão cunhada pelo comunista Gabriel Péri, fuzilado pelos nazistas em dezembro de 1941, em alusão à sua esperança de um futuro melhor.

4 *Reliance*, em francês.

sumo, dados a condutas “oscilantes”, eles podem um dia fazer o contrário do que fizeram na véspera sem sentir a menor contradição entre seus atos. Eles não se consideram sujeitos sociais, implicados numa aventura coletiva, vivem como atores de uma vida na qual tentam dirigir um roteiro sem a preocupação de lhe dar sentido. Acreditam ser seus próprios mestres, o que para eles é o bastante.

f) Esses seres sem projeto são também pessoas sem memória, sem consistência histórica. Eles não são os únicos que vivem assim, ainda que sua situação lhes proporcione muitos benefícios secundários. Os que não têm trabalho, ou que trabalham precariamente, todos esses “homens esquecidos por Deus”, retomando a expressão de A. Cossery, obrigados a sobreviver, uma vez que não dispõem do mínimo necessário para saírem de sua miséria, também são obrigados – mas de maneira bem diferente – a viver no efêmero. Esses não têm um projeto porque não podem tê-lo. Nas regiões pobres do Brasil diz-se muitas vezes: “o futuro é amanhã”. Eles não escolheram essa vida, ela lhes foi imposta. Eles não chegam nem a formar o “lumpen-proletariado” do século XIX, pois definitivamente, ninguém precisa deles. A um mendigo que lhe dizia: “mas Senhor, eu tenho que viver”, o cardeal Richelieu replicou: “não vejo qual é a necessidade disso”. Essa resposta, ainda que não seja proferida com frequência, está implícita na conduta de inúmeras pessoas que não entendem por que razão os pobres insistem em lutar para continuar vivendo. No entanto, eles fazem questão de viver. É possível que para eles a vida tenha mais sentido do que para os mais abastados.

g) O mundo criado assim apresenta cores contraditórias. É fácil viver nele, pelo menos nos países industrializados ou em desenvolvimento, já que o Estado não mantém ninguém sob sua férula, nem proíbe ninguém de pensar (a situação inverteu-se nos países ditos em desenvolvimento, que na verdade vive-se num subdesenvolvimento crônico; nesses territórios, as oposições são amordaçadas e os massacres se repetem “monotonamente”). Os homens são livres para fazer o que quiserem desde que respeitem

as regras sociais mais enraizadas. O excesso de consumo torna-se lugar comum. Cada um pode se retrair sobre a sua vida privada, ser um eterno adolescente à busca do prazer ou, ao contrário, associar-se a outras pessoas, intervir na vida local sem incomodar quem quer que seja. O religioso convive com o ateu, o velho com o jovem, o rico com o pobre, o executivo com o sem-teto. O mundo não somente torna-se cada vez mais fragmentado, mas também cada vez mais indiferenciado (pelo menos superficialmente). Qualquer conduta parece ser aceitável. A tolerância está na ordem do dia.

No entanto, as aparências enganam. Na verdade, o mundo é profundamente diferenciado. Somente determinadas condutas são valorizadas. A intolerância torna-se cada vez mais acentuada. E o indivíduo deve escolher sua própria via, sozinho, sem ninguém que lhe indique o caminho certo permanecendo, outrossim, submetido a uma série de interditos. Tanto sua miséria quanto sua possibilidade de renascimento têm origem nesta situação.

O PRIMADO DO ECONÔMICO E DA EMPRESA

Pode-se observar, no raciocínio acima, a ênfase que demos à importância dos fatores econômicos. No entanto, devemos, ainda, insistir sobre eles. Não que haja uma certa dominância da instância econômica, conforme disseram teóricos marxistas há muito tempo, mas simplesmente porque o econômico, e, mais ainda, o funcionamento harmonioso e performático das empresas tornaram-se as “significações imaginárias centrais em nossa sociedade” (CASTORIADIS, 1975) que, por isso, tentam subordinar todos os outros valores anteriormente admitidos. Mas a mutação não é total. É o que tentaremos demonstrar a seguir.

Uma novação essencial aconteceu durante esses últimos vinte anos: a tentativa por parte da empresa, freqüentemente bem sucedida, de chegar à posição de instituição princeps, quase divina, da sociedade. A empresa, desde a revolução industrial inglesa, passou a ter um papel peculiar. Saint-Simon e Comte haviam proclamado, cada um à sua maneira,

que a idade positiva devia ser industrial. Ninguém mais deveria ser excluído do sistema produtivo, a menos que fosse um parasita. Os que viviam de renda estariam desprovidos do seu território, o religioso e o guerreiro veriam suas tarefas delimitadas. No entanto, os valores de prestígio, de honra, de nascimento, de honestidade etc., continuariam conservando seu peso. “O pagamento em dinheiro vivo” (Marx) não era considerado valor supremo. As noções de fraternidade e de solidariedade ecoavam no corpo social. Mas, pouco a pouco, particularmente por causa do sucesso da racionalidade instrumental, os valores econômicos começaram a suplantar os demais. Depois da segunda guerra mundial, conseguiram tornar-se predominantes. Mas essa vitória só incomodava a alguns pensadores e mais ninguém, já que, como vimos, veio acompanhada do pleno emprego. É preciso notar que o econômico ligado à dinâmica do capitalismo é que tinha se tornado proeminente. Não era ainda a empresa, na condição de organização-instituição com o objetivo de ser o elemento central da regulação social. Essa transformação se fez lentamente e passou despercebida durante muito tempo, mas acabou tornando-se perfeitamente visível.

O motivo é simples e já foi mencionado aqui. A partir do momento em que o Estado e as outras instituições deixaram de ter credibilidade, a empresa, na condição de criadora de riquezas, de lugar de trabalho produtivo (o único profundamente valorizado), quis tomar esse lugar. Era a única organização capaz de assumir essa posição. Não por nunca ter sido criticada, mas por ter se sujeitado a reservas e aos ataques mais violentos, parecia ser a única a ter conseguido não somente resistir a todos esses choques, mas também mostrar suas capacidades de inovação contínua e de socialização. Dessa maneira, quando a vida econômica foi perturbada, quando o mundo entrou em crise, as empresas dinâmicas, ou seja, as que estavam aptas a manter seu crescimento, a contribuir para a manutenção do modo de vida, apareceram como únicas organizações que os homens podiam tomar como referência, uma vez que,

sem elas, eles só vislumbravam a destruição de tudo aquilo que haviam adquirido com dificuldade. Por seu lado, as empresas deram-se conta, ainda mais claramente do que antes, que seria-lhes impossível ganhar a guerra econômica ou pelo menos continuar fazendo parte do “pelotão de frente” se seus funcionários não colocassem à sua disposição todas as suas forças físicas, morais e psíquicas. Dessa maneira, elas fizeram de tudo para suscitar a adesão dos seus trabalhadores, para promover a identificação deles em relação à organização, a qual deveria ser vivida como o único objeto de investimento possível, pela promessa de desenvolvimento de políticas em seu favor e pela consideração dos “recursos humanos”. Mas o fariam sob uma condição: que cada um dos membros da organização se tornasse um “crente” ou, até mesmo, um “cruzado” da empresa, um “lutador”, um “vencedor”, ou ainda, o que eu chamei, há uns dez anos, de “*tuer cool*”⁵. Só merecendo a atenção da empresa os que estivessem prontos a amá-la com paixão, a dedicarem-se de corpo e alma à sua sobrevivência e ao seu crescimento. Os outros, os molengos, os indiferentes, os não-adaptados às novas tecnologias e às novas estruturas, os indivíduos percebidos como “excessivos” e que oneram os custos fixos estando fadados, a seu turno, à evicção pura e simples. Os “planos sociais” (termo curioso para designar os planos de demissão) se sucedem, até mesmo, nas empresas mais florescentes. Os trabalhadores de toda ordem (do executivo ao manobrista) efetivamente perceberam essa dupla mensagem de amor e de rejeição, e passaram a se dedicar ao bem da empresa, considerada um bem-comum a ser defendido, mesmo sofrendo de estresse permanente e só agüentando o “tranco”, quando isso é possível, sob o efeito de tranqüilizantes e psicotrópicos de toda sorte. Isso tudo, sabendo que seu lugar não está garantido, que eles devem reconquistá-lo a cada dia, para não correrem o risco de perder seu emprego.

Se essas pessoas chegaram a esse ponto, é porque interiorizaram a ideologia meritocrática da empresa,

⁵ “assassino brando”.

em conformidade com o desenvolvimento do individualismo. Essa ideologia é baseada num único mecanismo decisivo: a “psicologização” dos problemas.

Há não mais do que duas décadas, todos partilhavam a mesma concepção de empresa, ou seja, consideravam que suas disfunções poderiam certamente ter por causa um sub-investimento em pessoal ou falta de competência dos funcionários, mas acima de tudo consideravam ser resultado de uma má organização e de uma gestão deficiente por parte de seus dirigentes e de executivos de alto escalão. Agora, tudo mudou de figura. Ao “responsabilizar” seus membros, fazendo com que participem mais ou menos diretamente da gestão, descentralizando as decisões, a empresa entrega seu desenvolvimento aos empregados, conseqüentemente à sua motivação, seu entusiasmo e sua aptidão para conduzir as ações mais pertinentes. Ao tornarem-se mais “autônomos” no cumprimento de suas tarefas, estes empregados ficam encarregados também de resolver todas as possíveis deficiências. Assim, se a empresa não funciona mais, a culpa é deles, exclusivamente deles.

Essa maneira de atribuir as conseqüências nefastas aos funcionários está ligada ao movimento de perversão social, mencionado anteriormente, que tem por objetivo seduzir e manipular o outro, fazendo-o cair na armadilha de seu próprio desejo de reconhecimento. Perversão e psicologização andam de mãos dadas e se consolidam uma à outra.

Como os valores da empresa exportaram-se para as outras organizações (escolas, hospitais etc.) que sonham com “qualidade total”, com “zero defeito” etc., podemos dizer que nossa sociedade como um todo sucumbiu ou está sucumbindo ao culto da performance e da excelência. A conseqüência desse processo é simples: já que, de qualquer maneira, não pode haver vencedores sem vencidos, a performance alimenta cada dia mais a exclusão. Quanto mais uns se integram, mais outros são rejeitados e esquecidos. Quanto mais alguns tombam sob o peso das responsabilidades e da quantidade de horas de trabalho (em particular os executivos freqüentemente obrigados a

trabalhar em casa nos fins de semana), mais outros são colocados para fora do processo produtivo.

O homem que se torna o único responsável por sua vida passou a ser um homem sozinho. Ele deve lutar para manter seu lugar, para conservar sua auto-estima e ninguém pode ajudá-lo nessa tarefa, uma vez que os outros também estão submetidos aos mesmos limites. Antigamente (e, às vezes, ainda hoje, como veremos mais tarde), suas reivindicações podiam ser levadas adiante por sindicatos ou partidos políticos. Atualmente, como estão na defensiva, essas entidades não têm mais condições de praticar a “luta de classes”. Já se dão por satisfeitas quando conseguem fazer alguma oposição à total degradação da situação de seus mandatos e salvar alguns colegas ou alguma conquista social. Como dizem com muita pertinência Gaulejac e Taboada-Leonetti (1994), “a luta por lugares”⁶ tende a substituir “a luta de classes”.

Aliás, nem mesmo quando as pessoas não acreditam nos valores da empresa (ou de qualquer organização semelhante), elas conseguem escapar do seu jugo, uma vez que qualquer ato de desvio ou, até mesmo, de simples distanciamento parcial, qualquer palavra que exprima uma crítica ou, ainda, uma ironia delicada pode vir a ser negativamente sancionada a todo instante. Os indivíduos realmente perceberam que embora estivessem atados emocionalmente à sua empresa, esta poderia muito bem nada disso levar em conta no momento em que passassem a ser considerados “excessivos” ou “desgastados”. Portanto, eles sabem, a fortiori, que qualquer desengajamento de sua parte, por mínimo que seja, pode-lhes ser fatal. Com isso, eles passam a funcionar sob a égide do “faz-de-conta” ou do “fingimento”. É sua única tábua de salvação. Até mesmo, freqüentemente, em caso de eles chegarem a ter veleidades de pensarem por si mesmos, eles próprios se proíbem de fazê-lo para evitar viver uma situação clivada que os torna um tanto esquizóides: efetivamente, é impossível ou extremamente oneroso para um ser hu-

⁶ Em francês: *lutte des places*.

mano ter que se dedicar a uma causa à qual ele não consegue aderir. Dessa maneira, não é raro observarmos executivos recitando, sem muita convicção, os preceitos da empresa a fim de se convencerem de sua pertinência. A empresa não precisa mais estabelecer um controle rígido sobre seu pensamento, pois o mais estrito autocontrole encontra-se ativado de modo a que o superego exigente e cruel da empresa lhe cause estragos.

Desse modo, o homem moderno, quando pertence a uma organização (e, às vezes, a várias delas) encontra-se, ao mesmo tempo, sozinho e duravelmente inserido. Não acreditemos, por isso, que ele se torne alvo de piedade. Seus colegas, na mesma situação, se mostrarão extremamente críticos para com ele em caso de falha. Dirão dele: “antigamente, ele era competente”; trata-se de um *has been*. Seu sucesso anterior passará a figurar na coluna do débito. Esse antigo êxito nada mais é do que a prova de que seu tempo já passou e de que ele pode desaparecer sem provocar lágrimas. Muitas vezes, seus melhores amigos lhe virarão as costas, e caso ele fique desempregado por muito tempo, sua mulher e seus filhos deixarão de reconhecê-lo e acabarão por deixá-lo. Ao perder seu emprego, esse homem perde sua existência social. Torna-se invisível. Ora, nossa sociedade só gosta do que é visível, do que provoca admiração (ainda que ela seja de curta duração – basta pensarmos na profecia de Andy Warhol segundo a qual cada um de nós teria seus quinze minutos de glória em algum momento da vida) e consideração.

Daí poder-se compreender o aumento da angústia social, já que um destino como esse pode estar reservado a qualquer pessoa. Daí, também, que as reações “cínicas” – das pessoas que afirmam dever aproveitar ao máximo cada instante de sua vida, que seu único objetivo é de tirar dela o maior proveito, até instrumentalizando os outros se for preciso – ocuparem naturalmente um lugar nesse contexto. Se eu estou sozinho, dizem, por quê então me preocupar com os outros? Minha única preocupação deve ser a consolidação de meu ego. E, para isso, estou disposto a tornar-me exatamente o que a so-

cidade valoriza: um vencedor. Assim, eles cuidam de sua aparência, mostram-se sempre jovens e dinâmicos. Sabem que qualquer marca de velhice é sinal de enfraquecimento. Esperam ter, ao morrer, o rosto de Dorian Gray, sem rugas nem estigmas.

Reações de outros, mais fracos, mais inseguros sobre seus próprios valores, passam-lhe igualmente a fazer sentido. Não dispondo de referências identificatórias capazes de sustentar sua personalidade, recorrem a instâncias transcendentais (religiões sob suas formas mais ou menos integristas, seitas, determinadas associações que pregam ideologias fortes), suscetíveis de dar-lhes segurança e fortalecer seu ego enfraquecido.

Já os rejeitados da sociedade – a coorte de pessoas sem emprego e sem moradia – tentam se virar sozinha, às vezes em pequenos grupos, raramente em associações onde poderiam juntar suas forças. Nisso, os mais jovens são os que menos se submetem. Como eles não mais acreditam nas instituições, voltam-se para seus territórios, seus bairros (cria-se um “patriotismo de bairro”) e tentam defendê-los. Daí surgem esses movimentos esporádicos em que, de repente, toda uma “periferia” manifesta sua violência, praticando atos de destruição para expressar o desespero de viver num mundo sem horizontes. Esses novos revoltados chegam, às vezes, a reduzir a migalhas, equipamentos que haviam sido construídos para eles próprios, gerando estupefação na “sociedade global”. O desejo de destruição não caminha sem a pulsão de autodestruição, o ódio ao outro se nutre do ódio de si mesmo e o conduz a ele. Se nos lembrarmos de que, na maioria das vezes, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, esses lugares periféricos são povoados por imigrantes ou populações consideradas pouco integráveis pela sociedade dominante, podemos melhor entender as razões da brutalidade de suas reações. A sociedade moderna é elitista não somente pelo fato de aceitar alguns e rejeitar outros, ela é, além disso, profundamente intolerante a qualquer diferença claramente marcada. Em outras palavras, ela é profundamente racista. Naturalmente, não se trata aqui de mistu-

rar as coisas: expressões como racismo antijovens ou antimulheres devem ser tomadas como fórmulas fáceis que não levam em consideração a variedade das situações. No entanto, há mesmo um fundo de verdade nessas assimilações forçadas. O diferente fica, cada vez mais, insuportável para uma sociedade que se pretende homogênea e indiferenciada. Se, por um lado, o Árabe e o Negro são freqüentemente marginalizados, rejeitados, desprezados e atacados pelo fato de pertencerem a uma etnia ou a um grupo estigmatizado, se no imaginário social eles ocupam o lugar do Judeu da Europa central de antes da guerra e se representam aos olhos de muitos como portadores da imundície e, sem dúvida, da peste; por outro, eles não são os únicos vilipendiados, ainda que sejam principais alvos da classe dominante. Os jovens, mesmo brancos, são temidos apesar de todas as fórmulas denegatórias favoráveis à juventude. As mulheres, ainda que brancas, aparecem como um dos elementos que impedem que os homens tenham empregos. Aos olhos de muitos, elas deveriam contentar-se de seus lares e aprender novamente a calar-se. Portanto, se o termo racismo deve ficar reservado para qualquer manifestação direcionada, na maioria das vezes, a imigrantes ou refugiados, considerados como tendo uma outra essência e, por isso mesmo, considerados perigosos, podemos compreender (ainda que pela via de uma analogia duvidosa) que as expressões racismo antijovens ou antimulheres tenham tido tanto sucesso popular. Digamos que a sociedade que se pretende tolerante está, na verdade, cada vez mais intolerante, e em via de “encolhimento”. Se continuar nesse caminho, vai chegar o dia em que a maioria de seus membros se encontrará em situação de exclusão.

Também, essas pessoas sentindo-se excluídas ou ainda estacionadas teriam tendência a tentar se agrupar. Daí, surgirem as manifestações estudantis, os movimentos feministas, os movimentos de desempregados, as associações anti-racismo. Todos esses grupos tentam tirar essas pessoas de sua solidão. Mas eles hoje são pouco dinâmicos, ainda que consigam, vez por outra, fazer ecoar sua voz. O que não

conseguem é empreender uma ação permanente, obter estruturas fortes que favoreçam uma verdadeira influência. Talvez um dia cheguem lá.

A SOLIDÃO COMO RECURSO E O RETORNO DO POLÍTICO

A solidão está, então, na ordem do dia. E os agrupamentos continuam esporádicos. No entanto, podemos nos perguntar legitimamente se a solidão sempre mostra uma face tão sombria quanto a mencionada até aqui.

Gostaríamos de apresentar agora uma outra perspectiva para expor uma figura, ao mesmo tempo, mais agradável e mais nobre do homem só.

A solidão remete cada um à sua interioridade, à experiência de seus “abismos íntimos”; ela provoca um questionamento a respeito das capacidades relacionais dos indivíduos e do lugar que desejam ocupar no corpo social. Ela é um fermento do pensamento, uma vez que desnuda as limitações sociais, submetendo-as a críticas. Favorece a singularidade, e de maneira aparentemente contraditória, favorece a possibilidade de desenvolver ações coletivas.

Retomemos esses diversos pontos.

1) A solidão remete cada um à sua interioridade.

A invenção da Psicanálise e o centramento do homem sobre si, seus desvios, remorsos, dúvidas e contradições foram decisivos na história da humanidade. Não por ter provocado essa famosa “terceira ferida narcísica”, mencionada por Freud (1971), mas por ter possibilitado ao indivíduo tornar-se um verdadeiro sujeito. Tanto o sujeito platônico quanto o cartesiano, confiante na razão, construtor de regimes políticos sólidos ou pretendente a mestre da natureza, nunca foram, na verdade, verdadeiros sujeitos. Pior ainda, eles favoreceram a exploração e a alienação dos homens.

Não queremos, com isso, entrar numa polêmica fácil (dizendo que “a culpa é de Platão, a culpa é de Descartes”, substituindo a famosa expressão “a culpa é de Voltaire, a culpa é de Rousseau”) ou dar razão a determinados pensadores que enxergam na aventura do pensamento ocidental a própria con-

dição da criação dos Estados totalitários, tanto se tratando de totalitarismos despóticos quanto de totalitarismos democráticos. O que se questiona aqui é o falso triunfo de uma razão incapaz de se voltar para os seus demônios interiores. Ora, na incapacidade, durante quase dois séculos, de se centrar sobre si mesmo (apesar do impulso dado por Santo Agostinho), o desenvolvimento do saber popular chegou ao resultado que conhecemos: retardou o nascimento do sujeito que se pré-figurava no judaísmo antigo e no cristianismo nascente. O judaísmo, ao atribuir à figura de Moisés uma importância privilegiada, soube definir a essência do herói. É aquele que serve uma causa transcendente (levar seu povo à Terra prometida), que sela a aliança de Deus com seu povo, mas que jamais chega a triunfar. Ele não pode ver a Deus, pois seus raios o queimariam (ele só poderá apercebê-lo de costas), morrerá antes de chegar à Terra prometida, não importando que sua morte tenha sido natural ou que seu povo o tenha matado, como pensou Freud. Se acrescentarmos que ele não era provido de virtuosidade oratória (contrariamente a seu irmão Abrão, que o tinha em abundância, o que fazia dele um tribuno popular que propunha aos judeus a adoração do Bezerro de Ouro), concluímos que não dispunha ou usava mal das “palavras certas”, e para convencer, vemo-nos confrontados à imagem de um herói que, apesar de possuir um certo carisma, conhece bem as limitações. O herói (homem sozinho, por excelência) é aquele que conhece suas falhas, suas deficiências e que aceita sua própria morte em favor da causa que defende.

Seus limites fazem dele sujeito e não mestre. Portanto, o sujeito é definido por uma fissura fundamental e pelo fracasso (ao menos, o fracasso pessoal). O homem só, sujeito capaz de tomar as mais relevantes decisões, é um ser profundamente ligado a um destino coletivo. Ser pensante, ser consciente de suas lacunas, muitas vezes detestado pelos seus (pois, a estada no deserto não agradou, em nada, à maioria dos Judeus), ele só existe para transformar a vida de seu povo.

O destino reservado ao Cristo é, ainda, mais terrível. Ele será, ao mesmo tempo, filho de Deus e por este abandonado, e sozinho em seu calvário (em companhia de dois ladrões que só fazem reforçar sua solidão) lhe será possível acessar à divindade. Ele, também, pretende estar ligado a um povo e à humanidade inteira. É verdade que ele tem apóstolos em torno de si, mas um deles o trairá. Ele sempre soube disso e aceitou as conseqüências. Conseqüências que sofrerá sozinho. Tornou-se herói por ter sido estigmatizado e conduzido ao suplício. Um Cristo morrendo de velhice jamais teria alcançado o lugar que lhe foi atribuído no imaginário de seu tempo.

Infelizmente, depois do herói, criam-se instituições duráveis, objetivando difundir a mensagem heróica. Evidentemente, elas nada fazem além de enfraquecê-la, travesti-la. Um dia, ele vai ser retomado pelos grandes e as palavras de liberação serão transformadas em palavras de servidão. O indivíduo nasce, mas tão logo será negado, pois entrará numa ordem hierárquica que não lhe dará outra opção além de obedecer às injunções dos que falam e pensam por ele.

A vontade razoável (a que nos foi legada por Platão e que foi, de outra maneira, proclamada por Descartes, antes de ser retomada pelos filósofos das Luzes) abriu sua primeira passagem. Mas, ao fazer do homem o centro voluntário do mundo, ela o instituiu como mestre e não como sujeito que, além de condenado a morrer, fosse capaz de explorar e tratar de suas falhas. E quem diz mestre diz, necessariamente, explorados e alienados.

A Psicanálise foi a primeira a apontar a existência de conflitos, de falhas no ser humano e que ao fazer do indivíduo (heróico ou não) um ser fadado à finitude e à morte (enquanto o chefe da horda vivia da morte dos outros) possibilitou a emergência do sujeito. Sujeito, na qualidade de ser autônomo, definitivamente clivado, que deve explorar a si mesmo (às vezes, com a ajuda de um analista), recuar seus limites permanecendo consciente deles, só existindo num tecido social, e construído através das mais diversas identificações. O homem, na análise, está

só, ainda que esteja falando com seu analista. Esta solidão é o próprio fundamento do seu acontecimento como sujeito. Mas isso, respeitada uma condição (infelizmente, nem sempre respeitada, aliás, pelos próprios analistas): que ele admita a impossibilidade do domínio e a sua dependência vis-à-vis de outrem. O homem só existe pelas relações que pode criar com os outros. Tanto o desejo de reconhecimento como o reconhecimento do desejo sempre passam pelo reconhecimento do outro, na qualidade de outro, e enunciam-se da seguinte forma: se eu existo, o outro também tem direito à existência e ao sentido. Sem essa palavra fundadora, nenhuma humanidade é possível.

2) A solidão possibilita a cada um de se situar.

Estar só, sem se comprazer no seu isolamento, favorece a exploração (descoberta) das relações humanas. O sujeito tem tempo de questionar se os laços estabelecidos com os diferentes outros sujeitos estão ou não marcados pelo selo de um certo grau de autenticidade (a autenticidade completa não é desse mundo), ou seja, se os outros e quais outros lhe são tão necessários quanto o ar que ele respira e se ele é capaz de manter-se relativamente indiferente e cortês com aqueles que só lhe trazem satisfações efêmeras (aqueles que só lhe proporcionam um divertimento no sentido pascaliano do termo). A solidão o tira da “obsessão da plenitude”, do tempo consagrado à mais fútil conversa, à escuta de uma música e de palavras desprovidas de sentido, à visão de imagens que o preenchem mas que não o alimentam. Dessa maneira, ele consegue escapar um pouco do mundo da mídia, das músicas, dos *shopping centers*, da publicidade ou dos slogans espalhados pelos muros das cidades. Mundo característico das grandes metrópoles que chama constantemente sua atenção. Ele retoma o gosto pela palavra parcimoniosa, aquela que sabe guardar em seu seio o peso do silêncio, a que não é um “bibelô abolido de inanição sonora” (Mallarmé), pela rosa ausente e pelo solfejo que lhe faz lembrar “todo Rossini, todo Mozart e todo Weber” (G. de Nerval). A solidão permite que ele atribua a cada momento todo seu valor. Não pelo fato

de seu aspecto efêmero, mas porque ela exala um certo perfume de eternidade.

As relações que os homens estabelecem com os outros são marcadas por uma socialidade durável. Evidentemente, o homem não se furtará, como um eremita, aos encontros episódicos. Aprenderá, sozinho, a calar-se. Não é à toa que os grandes especialistas do *savoir-vivre* do século XVII, que dissertavam sobre a arte da conversação, falavam também sobre a arte de se calar.

Ponderando esses termos, ele avaliará também o lugar que quer ocupar no sistema social. Pois, quanto mais ele desejar fazer carreira, mais ele será obrigado a dizer as palavras esperadas, e, ao contrário do poeta Mallarmé, a dar um sentido impuro “às palavras da tribo”. Os homens que almejam o sucesso, que querem fazer parte do *establishment*, sabem que devem falar uma linguagem conveniente, muitas vezes bem codificada, e que devem pensar como pensam os outros, conforme o paradigma dominante em vigor. Se um sujeito deseja conservar um alto grau de autonomia, deverá aceitar um certo grau de isolamento e a maledicência da “maioria compacta” (Ibsen). Ele se tornará, conforme uma outra expressão de Ibsen, “o inimigo do povo”, em outras palavras, o inimigo dos que buscam a felicidade conforme. Então, ele deverá escolher. Se ele for um herói, ficará de fora da “formação coletiva” (Freud) e sofrerá as conseqüências disso. Na maioria das vezes, ele encontrará uma “formação de compromisso” que lhe possibilite defender seu lugar, sem perder sua alma, nem suas convicções. Ele adotará a posição de um “marginal integrado”. Posição difícil de segurar, mas que é a de muitos homens que pretendem estar inseridos em estruturas, todavia com o objetivo de ajudá-las a se transformarem. Ele terá consciência de que pode, a qualquer momento, tudo perder. Mas ele tomará suas precauções e se comportará de maneira prudente; a prudência não é a renúncia, mas a arte de toda pessoa que saiba modular com inteligência seus discursos e seus atos, conforme as situações. É claro que, em determinados momentos, ele deverá dizer em alto e bom tom o que pensa

realmente, para não agir de maneira contraditória com seus próprios pensamentos. A ruptura com o meio exterior delinea-se. Compete-lhe, então, negociar da melhor maneira possível. Se não o fizer, sofrerá lucidamente as conseqüências de seus atos. Herói, certamente que não, mas incontestavelmente um sujeito, tal é o seu estreito caminho.

3) A crítica das instituições pelo homem só.

Sua trajetória mostra a consistência de seu pensamento. Homem isolado, ele pode questionar as instituições sociais que regulam a vida da maioria. Não que ele queira necessariamente combatê-las, mas quer captar seu sentido e compreender sua necessidade. Qualquer marginal, integrado e, ainda por cima, “estranho” (no sentido dado por Segalen) – por ser imigrante ou simplesmente por ter tomado a decisão de pensar à sua maneira –, é sensível às contradições sociais, à vacuidade dos slogans, à influência perniciosa das ideologias. Sempre foram os marginais, mais ou menos bem inseridos, que transformaram as idéias e os modos de pensar e de agir. Galileu, Darwin, Marx, Freud etc., não se satisfizeram do que era admitido sem críticas. Naturalmente, eles nunca estiveram totalmente sós. Alguns discípulos, amigos ou colegas estavam a seu lado e os encorajavam. Eles, às vezes, até fizeram escola (foi assim que a Escola de Frankfurt desenvolveu a crítica mais devastadora da racionalidade instrumental), mas não deixaram de ser minoria e de ser alvo de execração de muitos. Isso não os desestimulou. Porque eles puderam sentir o gosto do pensamento e consideraram que não havia prazer maior do que poder pensar livremente. Eles, muitas vezes, tiveram que pagar essa generosidade, como deverão fazê-lo os que se enveredarem pela mesma estrada, com seu pensamento e através da busca da verdade. Mas, afinal de contas, os cegados também pagam por sua cegueira e não gozam do prazer da reflexão justa.

4) a solidão favorece a singularidade e a possibilidade de ação coletiva.

O homem solitário é sensível ao que faz dele, como diz o poeta, “o mais insubstituível dos seres”.

Ele cultiva sua singularidade não pelo prazer suspeito de exibir sua originalidade, mas porque percebe em si mesmo “um sentido íntimo” (Rousseau), “um afastamento absoluto” (Fourier) que obstaculiza qualquer vontade de homogeneização numa massa de pessoas e porque capta seu pensamento, sempre fruto das interações e das identificações com o outro, como um pensamento irreduzível a qualquer outro. Essa singularidade pode-lhe tornar-se um “fardo” (SENNETT, 1979), mas não, por isso, o constitui menos enquanto ser humano, o qual não pode se comportar como um “cupim” (Freud). Em suma, mais vale para o homem assumir sua liberdade do que ter medo dela, contrariamente às idéias difundidas pela opinião pública.

Ele tem consciência de que o que faz sua especificidade é, também, o que lhe possibilita encenar seu papel no sistema social. Nesse aspecto, ele se assemelha às intuições dos psicossociólogos que mostraram que os grupos que funcionavam de maneira mais inovadora eram aqueles nos quais cada um reconhecia a alteridade do outro e não aqueles que exigiam que cada um se submetesse às normas vigentes. Também, ele inscreve sua ação refletida e tão apaixonada na ação dos grupos, escolhidos com discernimento, com os quais ele nutre afinidades e sente vontade de transformar, nem que seja minimamente, o mundo em seu entorno. Ele tem convicções e tenta fazer com que elas sejam partilhadas. Quando depois de discussões argumentadas elas passam a lhe parecer aberrantes, ele está disposto a se desfazer delas, pois conhece seu caráter falível, comum a todos. Mas ele não se deixa levar por opiniões falaciosas e desconfia dos que demonstram ter por ele demasiada admiração.

É por essa razão que pessoas que pensam por elas mesmas – como Gide, Malraux e muitos outros – puderam fazer parte de movimentos coletivos. Aliás, quem se voltasse exclusivamente para si próprio perderia rapidamente qualquer contato com a realidade. A autonomia pessoal (no sentido de Castoriadis) não pode desenvolver-se sem autonomia social.

Mesmo atualmente, apesar da predominância do econômico e da dominação ideológica da empresa, novos movimentos coletivos estão começando a se movimentar e a clamar pela resistência ativa. Eles tomam formas mais ou menos aceitáveis, são mais ou menos providos de rigor e de vigor. O que não impede que eles existam apesar de tudo, e sua existência mostra que ainda que se consiga calar o ideal oculto em cada pessoa, isso não pode ser feito de maneira durável. Sempre acaba chegando o dia em que o pensamento se libera, em que os grupos manifestam seus desejos, em que os homens que souberam ser sós sem ter que suportar a solidão imposta começam a se comunicar e a construir novos projetos. São eles realizáveis? É impossível responder a uma pergunta como essa. Somente a história poderá dizer se os homens que souberam enfrentar sua solidão continuando de pé puderam fazer dela o cimento que os unia aos outros de maneira duradoura.

Em todo caso, eles terão tomado consciência do caráter essencial dos princípios éticos e da ação política.

O homem moderno, caso queira lutar contra seu amordaçamento e contra uma solidão imposta, está condenado (mas é uma condenação aceitável, pois ela o caracteriza como ser social) a tomar posição, a participar da vida da cidade e da nação, a dar vida nova às organizações que manifestam suas aspirações (partidos, sindicatos) ou a inventar outras. Sob essa condição, ele poderá, à maneira dos conquistadores mencionados por Herédia, olhar “a ascensão num céu ignorado / do fundo do oceano de estrelas novas”⁷.

REFERÊNCIAS

BOLLE de BAL, M. *Voyages au cœur des sciences humaines*. Paris: L'harmattan, 1996.

CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1996.

CASTORIADIS, C. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

EHRENBERG, A. *Le culte de la performance*. Paris: Calman-Levy, 1991.

ENRIQUEZ, E. *L'art de gouverner*. In: _____. *Les trois métiers impossibles* (obra coletiva). Paris: Les Belles Lettres, 1987.

_____. *Rationalité instrumentale et violence*. In: TOUATI, A. *Violences*. Marseille: Hommes et Perspectives, 1994.

FREUD, S. *Mal estar na civilização*. Paris: P.U.F., 1971. Tradução francesa.

FROMM, E. *Escape from freedom*. New York: Rinehart, 1941.

GAULEJAC, V. de; TABOADA-LEONETTI, I. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

GOFFMAN, E. *Asiles*. Paris: De Minuit, 1968.

MAFFESOLI, M. *Le temps des tribus*. Paris: Le Livre de Poche, 1980.

SENNETT, R. *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Seuil, 1979.

7 “Monter d'un ciel ignore / du fond de l'océan des étoiles nouvelles” (tradução nossa).